



## **PODE O LGBT FALAR? O DISCURSO DOS PORTA-VOZES SOBRE IDENTIDADE E REPRESENTATIVIDADE NO MOVIMENTO DO CARIRI**

Cícera Alana Ferreira Morais <sup>1</sup>  
Alexandre Nunes de Sousa<sup>2</sup>

**Resumo:** A presente investigação pretendeu analisar como os diversos ativistas que intervêm no movimento LGBT do Cariri e seus apoiadores criam os discursos e ao mesmo tempo se criam enquanto sujeitos que pretendem representar a “identidade” da população em questão. Para tanto, utilizou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a observação participante foi realizada nos eventos de cidadania LGBT promovidos entre 2011 em Juazeiro do Norte. Analisou-se ainda as entrevistas com os mesmos informantes. Os resultados indicam que os integrantes do movimento LGBT, bem como seus apoiadores e principais parceiros tendem a reproduzir uma perspectiva de identidade fixa, que tem ecos de enquadramento da homossexualidade como espécie, estirpe (termos utilizados por diversos dos sujeitos observados).

**Palavras-chave:** Políticas identitárias, porta-vozes, movimento LGBT

### **1. Introdução:**

Esta pesquisa, ainda em estágio inicial, trás o levantamento das ações e uma reflexão introdutória sobre o processo de representação e construção de identidades no movimento LGBT do Cariri. Para tanto, expusemos a seguir o centro onde são planejadas tais políticas do movimento local.

No ano de 2006 foi criada o Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri- GALOSC composta por ex- integrantes de uma associação anterior, um grupo de ativistas se organizaram com o intuito de promover e organizar ações de combate a Homofobia, Defesa Direitos Humanos LGBT, e Prevenção do HIV- AIDS.

O GALOSC tem sua sede localizada na Rua: Leão XII, S/N - Centro, onde realizam os trabalhos administrativos, sua diretoria é composta por 01 Diretor

---

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social. Email: alana.fmorais@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor de Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Ceará, UFC/ Cariri. Email: alexandrenunes@cariri.ufc.br

Executivo, 01 Diretor Adjunto, 01 Secretário e 01 Conselheiro Fiscal. A ONG vem atuando no cenário careirense com diversas ações políticas.

O coletivo em suas atividades promove paradas pela diversidade sexual, seminários, ações educativas, elaboração e distribuição cordéis e mangas, campanha de prevenção do HIV-AIDS e em sua 1º edição realizou no ano corrente o Chá Cultural Da Diversidade.

- As paradas pela diversidade sexual representam um momento político de articulação e reflexão ao direito à livre orientação sexual, em parcerias com a secretaria de saúde realiza gratuitamente exame de testagem HIV-AIDS e Hepatites virais, distribuição de preservativo, informativos de combate a homofobia e show transformistas;
- Os seminários que no ano de 2011 teve sua 6º edição contam com a presença de palestrantes ativistas gay comprometidos com a política de combate e criminalização da homofobia;
- As companhias de prevenção do vírus HIV-AIDS são realizadas em blitz educativas e nas escolas de ensino médio e fundamental;
- Elaboração e distribuição de Cordéis Mangás com o intuito de divulgar a cultura LGBT combater praticas homofobias;
- Como já mencionado a 1º edição do Chá Cultural Para Diversidade “ Valorizando as Expressões Culturais” realizado de 27 a 29 de Abril de 2011, o evento contou com a apresentações artísticas com temáticas LGBT e show transformistas, palestrantes de outras regiões do Brasil, e a parceria presente da coordenadoria Estadual de Políticas Publicas LGBT;

Uma das ações que mais repercutiu para visibilidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais e travestis foi a produção e distribuição gratuita como os cordéis “Do direito de ser gay ou Condenando a Homofobia” e “Dia do Orgulho gay” e o Mangá a história em quadrinhos no estilo Japonês que recebeu o título de “Layla” e seu principal objetivo, segundo a apresentação da mesma é contribuir com a campanha “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou” (SOUZA, 2011).

Na ocasião os produtos culturais foram distribuídos em diversos lugares como, escolas, universidades, instituições publicas e privadas, outra ação significativa ocorrida no ano de 2010, foi uma parceria com o Grupo Ninho de Teatro promovendo a circulação da peça “Avental Todo Sujo de Ovo” cuja peça trata da relação de uma

travesti com sua família, na ocasião a peça circulou pelas escolas de Ensino Médio da cidade Juazeiro do Norte - CE com o objetivo de combater a transfobia e promover a defesa dos direitos humanos.

O GALOSC atua como movimento social trazendo a público para a sociedade cariense o debate que diz respeito à visibilidade da comunidade LGBT e defesa da livre orientação e expressão sexual.

## **2. O movimento LGBT**

As transformações sociais provocada pela chamada modernidade provoca a necessidade de uma militância que se organize a fim de reivindicar os princípios de igualdade e liberdade. É no seio dessa discussão que surgem os movimentos sociais com atores fundamentais desse processo e é nesse período que acontecem o *bom* dos movimentos que se organizam por seguimentos, o movimento LGBT assim como o Feminista e o movimento Negro se articula para lutar pelos seus direitos.

Nessa perspectiva consideramos importante destacar o surgimento do Movimento LGBT, em volta aos acontecimentos de discriminação, homossexuais passaram a adentra os espaços públicos a fim de manifestar o respeito pela sua indenidade sexual.

Um marco na historia do movimento é a manifestação ocorrida em *Stonewall*, no dia 28 de julho de 1969 em um bar na cidade de Greenwich Village, em Nova York, onde em meio uma batida policial os homossexuais ali presentes foram alvos de discriminação o que casou grande revolta; como forma de protesto um grande número de homossexuais saíram nas ruas para manifesta sua insatisfação com ocorrido, a data então ficou marcada como o dia do orgulho Gay e hoje é celebrada com as chamadas paradas da diversidade.

Em meio a esse difuso contexto, o Brasil vivenciava o processo do regime da ditadura militar, ainda assim os movimentos sem articulava para uma luta em prol dos seus direitos, o movimento feminista foi um fator impulsionador para a construção e organização do movimento LGBT.

É na década de 1970 quando o Brasil respira o enfraquecimento do regime militar que é lançado o primeiro exemplar do Jornal “Lampião da Esquina” em 1978 por militantes do Rio de Janeiro. Concomitantemente é fundado por militantes da cidade de São Paulo o grupo “SOMOS” em 1979 sendo o primeiro grupo a direcionar suas discussões para as questões política necessárias para efetivação de direitos.

Seguindo o surgimento do SOMOS vários outros grupos foram fundados, já na década de 1980 as ativistas lésbicas que defendia espaços dentro dos movimentos lançaram no dia 19 de agosto 1983 o dia da visibilidade lésbica.

Ainda nos anos de 1980, a explosão do vírus da AIDS contribui para o fortalecimento da discriminação da homossexualidade ao passo que voltou os olhos para a necessidade de políticas públicas para esses sujeitos. A doença era associada como “peste gay”, apropriando-se da relação dos gays com a doença é que a igreja e a ala conservadora da sociedade afirmaram o fato ao “castigo divino”, “vingança da natureza” contra as pessoas de comportamento desviante. Segundo Trevisan citado por Ferreira (2003):

Da militância homossexual sobram ativistas perplexos, dentro de grupos pouco representativos, esvaziados e sem condições de reflexão ou, menos ainda, de mobilização – com algumas exceções, por sua regularidade e contundência, como foi o caso do *Grupo Gay da Bahia (GGB)*, fundado em 1980 e talvez o primeiro grupo de direitos homossexuais a ser registrado como sociedade civil, ainda em 1983.

Contudo mesmo havendo um declínio por parte dos movimentos LGBT, os que se mantiveram na ativa articularam-se em entidades não governamentais e travaram uma para desvincular a imagem do homossexual a doença bem como a formulação de estratégias para combater a epidemia.

A queda no número de homossexuais infectados, a doença havia se “heterossexualizado”, atingido atualmente, de forma preocupante, mulheres heterossexuais monogâmicas e adolescentes, principalmente, as camadas mais pobres da sociedade. Em razão disso, o governo tem destinado mais verbas para estes setores, e a expressão preconceituosa “grupo de risco” foi substituída por “comportamento de risco”. (FERREIRA, 2003, p. 52).

Foi na elaboração da constituição de 1988 quando já existia a tentativa de desvincular os homossexuais da AIDS é que se houve a tentativa de incluir o termo “orientação sexual” na garantia de direitos, porém as reivindicações por parte de religiosos e conservadores inibiu o processo culminando no não reconhecimento da expressão.

Os anos 1990 são marcados por conquistas significantes, como a criação da ABGTL - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais em 14 em 31 de janeiro de 1995, como o intuito de colaborar com a implantação de políticas públicas e coordenações voltadas para a comunidade LGBT.

A figura do homossexual se apropria dos espaços públicos e midiáticos sustentado pela exploração comercial, com a proliferação de espaços destinados aos público LGBT, em 1997 é realizada na cidade São Paulo a 1º Parada da diversidade, o evento que atrai multidões é hoje considerado a maior marcha desse tipo no mundo. As paradas passaram então a ocorrer em diversas cidades atraindo não só Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travesti como também um grande número de simpatizantes.

É nessa efervescência que a comunidade LGBT ingressa no século XXI. Assustados pelo crescente número de violência tendo como vítimas homossexuais, a exploração do mercado e da mídia e as igrejas fundamentalistas, contribuí gradativamente para as práticas discriminatórias, a visibilidade que ora se apresenta positiva ora negativa não responde as especificidade do movimento. Dados preocupantes apontados pelo (Grupo Gay da Bahia) – GGB revelam o crescente número de homicídios envolvendo pessoas que afirmam sua homossexualidade, mais isso será discutido no próximo ponto.

É, portanto cabível, que mesmo de forma deficiente a visibilidade tem suas contribuições a cerca da desconstrução historicamente construída com relação aos não heterossexuais, estudos direcionados a temática LGBT vem prosperando na construção de uma visibilidade política desses sujeitos.

No início do ano de 2000 a então Prefeita da cidade de São Paulo Marta Suplicy, propõe o projeto de lei que instituiria a união civil entre pessoas do mesmo, o projeto nunca chegou a ser votado e atualmente encontra-se arquivado.

Já em 2011 o Supremo Tribunal Federal aprovou por unanimidade a equiparação entre famílias heterossexuais e famílias homossexuais. A partir de então os 21 direitos de família, tais qual o direitos de herança, declaração conjunta do imposto de renda, autorização de cirurgia de alto risco, que era negado aos homossexuais passam a ser direitos universais.

As ONGs de direitos humanos LGBT tiveram um papel fundamental nesse processo pressionado o Estado e levando essa bandeira para sociedade civil através das paradas da diversidade sexual. No sul do Ceará lutas como estas são travadas pelo Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri- GALOSC. É lá que nascem os impasses da representatividade. Tema deste artigo.

### **3. O ato de representar um movimento**

Bourdieu (2005) afirma que nos grupos e classes sociais há a emergência da figura do “porta-voz”. A este é incumbida a tarefa de representação discursiva e o posicionamento em diversas lutas simbólicas para o estabelecimento desta representação. Imbuído de legitimidade e deste poder de representação, o “porta-voz” faz uso das políticas de nomeação, que, por sua vez, tem um papel fundamental neste processo:

A política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos [...] o porta-voz é aquele que, ao falar de um grupo, ao falar em lugar de um grupo, põe, subrepticamente, a existência do grupo em questão, institui este grupo, pela operação de magia que é inerente ao ato de nomeação [...] Esta existência reconhecida quase universalmente assenta ela própria na existência de uma *classe operária em representação*, quer dizer, de aparelhos políticos e sindicais e de porta-vozes permanentes, tanto àqueles que a ela pertencem como àqueles que a rejeitam, capazes de fazer *falar* a “classe operária” – e de uma só voz –, de a evocar, como se evocam os espíritos, de a invocar, de a exhibir simbolicamente através da *manifestação*, espécie de aparato teatral da classe em representação, com o corpo dos representantes permanente e toda a simbólica constitutiva de sua existência – siglas, emblemas, insígnias por um lado e, por outro lado, a fração mais convicta dos crentes que, pela sua presença, permitem que os representantes dêem a representação da sua representatividade (IDEM, p. 159-160).

Veremos em alguns momentos estes líderes atribuem para si a narrativa da história do movimento e intervém no mesmo movimento criando os discursos ao mesmo tempo em que se criam enquanto sujeitos que pretendem representar a “identidade” da população em questão.

Todo este sistema de representação é corroborado por Girardi Jr. (2007) quando afirma que estas instituições e nomeações não ocorrem despretensiosamente. Em verdade, elas ocorrem no processo de absorção para si de um *habitus*<sup>3</sup> reconhecido e legitimado pelo grupo. Nestes termos, as lideranças necessitariam conquistar e provar diurnamente esta legitimidade:

Essas lideranças são obrigadas a conquistar um considerável *capital simbólico* no interior dos movimentos, partidos ou grupos sociais. E, ao mesmo tempo,

---

<sup>3</sup> Para Bourdieu (2005), o *habitus* é um agrupamento de disposições que operam em seus agentes como uma segunda natureza, ainda que esta seja uma natureza adquirida socialmente. Os *habitus*, portanto “são diferenciados; mas são também diferenciadores. Distintos e distinguidos [...] são geradores de práticas distintas e distintivas” (BOURDIEU, 1997, p. 14).

devem ser capazes de representar todo o grupo – fazendo-se grupo – legitimando-se como aqueles que falam em nome do grupo. Aqueles que precisam circular simbolicamente (discursivamente), como representação do grupo, em vários mercados simbólicos, em várias regiões dessa esfera (IDEM, p. 130).

A seguir expomos os dados empíricos que revelam as posições que estes sujeitos ocupam no campo das políticas LGBT.

#### **4. Falas dos Sujeitos. Representações LGBTs**

A coleta de dados desse estudo consistiu na realização de entrevistas padronizadas ou estruturadas que seguiam um roteiro previamente estabelecido, convencionado de acordo com os propósitos da pesquisa (MARCONI & LAKATOS, 2006).

Foram entrevistados três ativistas do movimento LGBT que além de possuírem um histórico de ações de militância, também tinham uma característica em comum: a vinculação a diretoria de uma dessas entidades, e conseqüentemente, a compreensão das políticas públicas voltadas para a área.

Os mesmos ativistas estão caracterizados como: Ativista local (do Cariri). Ativista Estadual (militante de ONG que pretende atingir todo o Ceará) e Ativista Nacional (nome de relevância que atua no movimento de forma nacional e abrangente). Todos os três possuem intervenções de relevo na região do Cariri, bem como um discurso alinhado entre si.

A intenção das entrevistas era que os mesmos verbalizassem as suas principais percepções, anseios e expectativas, havendo o mínimo de intervenção possível, ou seja, permitindo aos sujeitos mostrarem suas falas a partir dos locais que ocupam.

As entrevistas consistiam de cerca de dez perguntas que objetivavam diagnosticar o histórico comum dos grupos, identificar as demandas do movimento LGBT, as prospecções sobre a homofobia - a sua invisibilidade e as formas de manifestação, e os impasses encontrados por estes movimentos na execução das suas atividades. Todas estas questões tendo por fio condutor a questão da representatividade política de um sujeito coletivo: os LGBT.

Além disso, foram discutidas as políticas públicas – remotas e contemporâneas, o contexto local de cada movimento e as motivações pessoais de cada entrevistado no fortalecimento de suas lutas, e principalmente a unificação do movimento.

A aplicação dessas entrevistas foi feita no âmbito do Seminário Fortalecendo os Direitos Humanos LGBT “desmistificando estigmas e preconceito” realizado em vinte e quatro de novembro de 2011, na unidade do Serviço Social do Comércio – SESC de Juazeiro do Norte.

O primeiro entrevistado foi o Ativista estadual (do Ceará) membros da diretoria do Grupo de Resistência Asa Branca – GRAB e em seu discurso enfatiza a história do movimento homossexual no Estado e as nuances de atuação do referido grupo.

Sobre o surgimento do GRAB o entrevistado indica que já são vinte anos de atuação, ou seja, o grupo originou-se no início da década de 1990, e de acordo com o mesmo foi o segundo grupo a ser criado no estado, evidenciando assim a sua importância histórica.

Tendo surgido de um movimento de homens e mulheres na cidade de Fortaleza e que até hoje tem resistido, fazendo justiça, segundo o entrevistado, ao próprio nome: Grupo de Resistência Asa Branca, a figura da “Asa branca que é essa ave que é tão resistente” as nossas mazelas e que interpreta o Nordeste.

Já o ativista local (do Cariri), diretor presidente do Grupo de Apoio à Livre Orientação Sexual do Cariri – GALOSC, afirma que a criação do Galosc data do ano de 2006, quando um grupo de pessoas se reuniram no Centro de Atenção Psicossocial CAPS de Juazeiro do Norte. Na ocasião houve a formação da entidade juridicamente: *“As pessoas que estiveram lá pra a proposta de estatutos, objetivos da entidade, que tem até hoje primordialmente a questão da luta contra o preconceito, a luta contra a homofobia e também a luta contra a questão do HIV/AIDS.”*

Sempre atuando em campanhas educativas: de prevenção e de sensibilização para solidariedade das pessoas afetadas pela epidemia; e que o GALOSC sempre vem desenvolvendo essas atividades junto com o apoio municipal, com ONGs e com outras entidades da sociedade civil no âmbito da prevenção das DST/AIDS, e também agora acoplado a questão da cultura, para a desmistificação do preconceito do combate a homofobia.

O terceiro entrevistado é o ativista nacional conhecido como um dos mais importantes ativistas do movimento gay em nível nacional, antropólogo, fundador do Grupo Gay da Bahia, que se intitula com homossexual assumido, e ativista extremamente atuante em relação aos direitos humanos e as causas da homossexualidade. Sobre a criação do Grupo Gay da Bahia, ele discursa:

“Foi fundado por mim em 1980. Eu tinha sido vítima de uma violência física. Eu tava com meu namorado vendo o por do sol em Salvador e um “machão” me deu



um tapa na cara. Rapidamente eu fiquei revoltado. Nessa época não tinha nenhum grupo organizado em Salvador, e daí eu resolvi fundar, para defender os direitos humanos homossexuais, lutar contra homofobia e ensinar à sociedade a “verdade” sobre a homossexualidade.” (Ativista Nacional).

Quando perguntados sobre quais as demandas do movimento LGBT hoje, o Ativista estadual apontou o fato de que nos dias atuais mantém-se a dicotomia na prática do recolhimento e aplicação de questões como os impostos, dizendo que na hora de pagá-los não se questiona a sexualidade do contribuinte, e que nem há cotas específicas para tal. Complementa:

“Eu sempre falo isso, pode ser besteira, mais não é. Na hora que eu pago o meu imposto de renda eu não quero nem saber se sou homossexual, ou não. Na hora de vir os retornos é que é complicado. Em uma sociedade de todos e todas, para todos e todas.” (Ativista do Ceará).

Sobre as conquistas do movimento nos últimos anos, o mesmo faz uma digressão histórica das causas defendidas desde a criação do grupo até então; frisando que ao longo dos últimos vinte anos, e, sobretudo no momento da criação da entidade nenhum apelo mostrou-se tão recorrente quanto à questão da saúde, devido à epidemia da AIDS.

No contexto contemporâneo são elencadas muitas outras conquistas, dentre as quais a União estável, recentemente legalizada, indicando um certo avanço no judiciário brasileiro, mas que dentro de uma sociedade imbricada em uma cultura ainda conservadorista e carente de mudanças de paradigmas.

Sobre a mesma temática o Ativista local respondeu que a principal demanda a nível nacional, é a luta por direitos que são negados.

Ao ser questionado sobre quais as conquistas dos últimos anos, ele enfatiza que em relação ao GALOSC no Cariri, uma das conquistas mais significativas é a visibilidade social: *“de ter um apoio de escola, de jovens, de universitários, das pessoas estarem voluntariamente colaborando com a entidade na medida do possível, pra ampliação da conquista dos nossos direitos.”*

Ao ser indagado sobre as demandas do movimento LGBT, o ativista nacional aponta que O Grupo Gay da Bahia, o GGB, assim como todos os demais, mais de 300 grupos que existem pelo Brasil afora, tem como objetivos: Primeiro, denunciar e lutar contra qualquer forma de homofobia que é a discriminação ao homossexual. Divulgar informações corretas sobre a homossexualidade, substituindo a ignorância, o preconceito, pela verdade, pelo respeito. E terceiro, mobilizar a comunidade LGBT,

lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, para defender seus próprios direitos como cidadãos plenos.

Elencando as conquistas dos últimos anos, o entrevistado expõe que o movimento homossexual foi fundado no Brasil em 1978, em São Paulo. O primeiro grupo chamava-se SOMOS, e daí se espalhou pelo Brasil.

E o GGB foi fundado dois anos depois, em 1980. O movimento se alastrou pelo Brasil todo. Atualmente existe Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, a ABGLT, que já realizou dezenas de congressos, passeatas, paradas. Existem mais de 300 paradas no Brasil. A maior de todas, a maior do mundo, é a de São Paulo, com mais de 3 milhões de habitantes, e aqui no Ceará ela se realiza tanto em Fortaleza, quanto em muitas cidades, como o caso aqui de Crato e Juazeiro. (Ativista nacional)

Complementando sobre as conquistas do movimento: “E as nossas principais conquistas foram, por exemplo, na década de 80, nós retiramos a homossexualidade da classificação de doenças. Nos anos 90, nós conseguimos incluir a proibição de discriminar por orientação sexual e mais de 80 leis orgânicas municipais e algumas constituições estaduais. E agora, nos anos 2000, temos conseguido grandes vitórias, por exemplo, a possibilidade de os parceiros homossexuais declararem imposto de renda juntos. O direito à herança, agora, o Supremo Tribunal Federal, autorizou reconhecimento das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo, como os mesmo direitos dos casais heterossexuais.”

Em relação aos impasses encontrados pelo movimento, o Ativista Estadual aponta como um problema logístico o fato das Organizações Não Governamentais – ONGs serem financiadas pelo Estado; O que segundo ele, dificulta uma atuação mais independente das mesmas, que de certa forma prende esses órgãos as práticas do governo, citando como possível solução o modelo europeu, onde alguns grupos mantêm-se através do investimento de particulares.

Ao ser perguntado sobre como tem se travado o debate sobre a homofobia no movimento LGBT, o mesmo expõe que em sua opinião se debate muito a questão da sociedade fora do movimento, mas que o movimento também tem que debater mais internamente:

Existem grandes problemas com relação a lésbicas e entre gays e, principalmente as travestis que são não só as mais... Que são visivelmente notadas pela sociedade, mas que as outras “letras da sopa” tratam de uma forma muito excludente. Então acho que também precisa ter esses aspecto da gente ser honesto, e trabalhar também as questões de homofobia dentro dos próprios movimentos em relação às “letras” que fazem esse movimento também (Ativista do Ceará).

O que o faz concordar que há certa exclusão dentro do próprio movimento, ao que exemplifica o fato de pouco falar-se nos bissexuais: *“Os héteros falam que os bissexuais não existem. Os gays também falam que bissexual é uma “bicha” que não se assume. Ou seja, precisa-se trabalhar melhor essas questões.”*

Já no que concerne ao debate LGBT ser incorporado pelo Estado e sobre os desdobramentos desse diálogo nas políticas públicas, o ativista apresenta duas vertentes. A primeira que versa sobre a ampliação do debate no contexto da sociedade e a capacidade dos gestores em absolver esse discurso, dando mais espaço para as discussões. Contudo, segundo o mesmo:

existe uma grande maioria que ainda não quer nem ouvir falar nesse tipo de assunto (LGBT). Seja apenas aspecto de saúde, ou aspecto de educação, e principalmente assim... Norte, Nordeste e parte do Sudeste também. Quer dizer, no Brasil todo geral, precisa que o gestor perceba que ele é um gestor de toda sociedade, e não só de algum grupo. (...) lógico, tem medidas muito positivas através das medidas, por exemplo, (...) da saúde, com relação à questão do HIV, DST, AIDS, mas nos outros aspectos, por exemplo, na educação já é muito. A segurança então é um problema serio.” (Ativista do Ceará).

Os impasses locais, em muitos aspectos, parecem não serem distintos dos nacionais. Assim afirma o ativista nacional:

O movimento LGBT é baseado em trabalho voluntario. Embora às vezes nós tenhamos financiamento de grupos, do governo, de associações internacionais, mas os militantes, os ativistas, trabalham de boa vontade, sem nenhum tipo de remuneração. (Ativista nacional).

Outra questão enfatizada é que o Brasil ainda vive um grande problema: todos os anos são assassinados mais de 300 homossexuais, um a cada um dia e meio, vítimas da homofobia e da violência, que faz do Brasil o campeão mundial de assassinatos de homossexuais.

Quando questionado sobre como tem se travado o debate acerca da homofobia no movimento LGBT, o Ativista Nacional responde que o Brasil é um país contraditório, por que ao mesmo tempo em que tem tantas paradas, tantas manifestações culturais gays na televisão, na novela, ele é ao mesmo tempo o país campeão mundial de assassinatos de homossexuais, como bem frisara anteriormente.

E a nossa luta tem sido primeiro, capacitando a própria comunidade homossexual pra evitar ser a próxima vitima. Segundo, temos lutado pra que o governo aprove leis criminalizando a homofobia, do mesmo modo, considerando como se fosse crime de racismo. E terceiro, mantendo relação com a policia e com a justiça pra que esses agentes da lei e da justiça sejam severos na

investigação, na punição e das pessoas que cometem crimes contra os LGBT. (Ativista nacional).

O ativista finaliza sua fala trazendo a temática da incorporação do movimento LGBT pelas instâncias dos governos e ratifica sua fala numa perspectiva essencialista da homossexualidade: *“O governo, desde o tempo de Fernando Henrique Cardoso é sensível as demandas da população LGBT, que representa por volta de 20 milhões de habitantes, já que somos 10% da população.”*

Sobre como as questões específicas locais produzem identidade e representação, o Ativista Estadual fala sobre o avanço do conservadorismo, sobretudo neste início de século. Existindo segundo ele um “conservadorismo terrível”, não só nas instituições religiosas, mas também nos partidos políticos:

A questão de se querer mandar no corpo das pessoas é muito presente, não só pelo Estado como também pelas religiões. Isso é de um conservadorismo medieval. Você quer controlar. Eu acho que sim. Tem um conservadorismo perigoso, que precisa ser trabalhado com muito critério, com muita seriedade e também com muito cuidado, por que se não, você pode caminhar nas trevas, de novo. (Ativista do Ceará).

Tratando-se dos impasses que o movimento tem encontrado, ele afirma que numa cidade tradicional como Juazeiro do Norte, religiosa, que tem uma cultura machista e uma credence popular muito forte, a desinformação figura como um dos principais percalços. E, que pelo desconhecimento vem o preconceito, vem à questão do estímulo, de rotular as pessoas.

E a gente está aí batalhando pra que consiga mudar. Ter uma mudança social a partir da informação e do conhecimento onde a gente vai estar formando agentes sociais munidos do saber, munidos do conhecimento, para que possa atuar no combate a este preconceito que é mais visível na sociedade heterossexista. (Ativista do Cariri).

Observando como tem se travado o debate sobre homofobia no movimento LGBT, o ativista aponta que a questão da homofobia *“tem se travado na questão de palestras, de conscientização, pra que as pessoas fiquem munidas de saber pra combater essa questão do preconceito na sociedade.”* Outro questionamento pontuado é se o debate LGBT tem sido incorporado pelo Estado, e em caso afirmativo, se esse debate tem se revestido em políticas públicas. O entrevistado afirma que sim:

Atualmente, a nível nacional existe o Conselho Nacional de Política pra LGBT” este por sua vez absolve as demandas, atrelando-se aí a Secretaria de Presidência da Republica dos Direitos Humanos, e a nível estadual, de descentralização dos estados, existem as coordenadorias. (Ativista do Cariri).

O estado do Ceará tem a Coordenadoria de Políticas Publicas pra LGBT, que tem uma transexual, a Andréa Rossati, que ela está militando, atuando dentro do governo em prol dos direitos humanos e do reconhecimento para os homossexuais, lésbicas e travestis.

Outro questionamento levado aos informantes foi se estes consideravam que a cultura patriarcal nordestina, poderia ser considerada um elemento potencializador da homofobia. O ativista Estadual respondeu, exemplificando:

Um patriarca imaginando um varão na sua família sendo homossexual, ou então uma nobre donzela lésbica, ele com certeza vai usar do que ele puder de força pra atrapalhar a possibilidade dessa pessoa se mostrar como ela é, não só pra ela como na sociedade. Acho que o machismo e o racismo são um dos preconceitos maiores que levam aos demais preconceitos. Principalmente aos grupos mais discriminados. Criança, mulheres, LGBTs. Acho que isso ai é muito sério ainda na nossa cultura. E não só na cultura do Nordeste. Na cultura da América Latina, de um modo geral. (Ativista do Ceará).

Em última instância foi perguntado ao ativista se na sua concepção o caráter religioso potencializa a invisibilidade da homofobia no Cariri: ao que o mesmo prontamente respondeu que de acordo com a sua experiência isso não era tão visível; e que muito pelo contrário, existe um largo espaço para o movimento até mesmo no que tange a religiosidade, e como argumento para tal, ele exemplifica a premiação de uma produção cinematográfica composta somente de travestis e que confronta a religiosidade.

Por outro lado ele afirma que para os gays e as lésbicas falta espaço de convivências, de sociabilidade homoerótica. Mas, que na sua visão no contexto de Juazeiro do Norte essa não é uma questão tão agressiva. Falando especificamente em relação à religiosidade ele diz:

Esse aspecto de religiosidade, ele tem um outro componente, eu acho que ele paira mais, talvez assim, como um grande celeiro de união entre pessoas. Eu já presenciei aqui num grande evento religioso a presença de travestis, a presença de homens muito afeminados e tudo mais, e eu de fato não observava que as pessoas estavam discriminando aquelas pessoas. Lógico que tem haver com o percentual de pessoas que passam aqui também cotidianamente. (Ativista do Ceará).

Complementa sua visão:

“No entanto, a religiosidade ela pode atrapalhar sim, dependendo de como ela for mostrada as pessoas. Acho que tem que haver muito cuidado. Fico preocupado, por exemplo, com o ensino religioso. Eu, particularmente não concordo de maneira alguma. Eu acho que não é obrigação do estado, que o estado não deveria fazer isso. Acho que o estado não tem competência pra isso, tá... Ensinar religião? É uma coisa eminentemente particular, de caráter pessoal e familiar. Deixa a família fazer isso. O estado é laico. O estado não deveria fazer isso.” (Idem).

Sobre este tema o ativista local infere que a cultura patriarcal nordestina pode ser um elemento potencializador da homofobia, Porque, segundo ele,

ainda tem aquela questão do machismo, aquela questão que o homem tem que ser macho, que a mulher é um sexo indefeso, que é submissa, que é tudo mais. Até essa questão da violência contra a mulher, outra questão também é contra as pessoas transexuais estando no mesmo patamar. (Ativista Cariri)

Por último também instigamos o entrevistado a responder se no caso do Cariri, o caráter religioso potencializa a invisibilidade da homofobia, ao que ele responde em tom comparativo e até mesmo com um exemplo autobiográfico:

Assim, a gente vê é uma questão até dentro, assim, da religião, das igrejas que tem uma questão de um falso moralismo, onde as pessoas tem que esconder, e se esconde, e potencializa mesmo até a invisibilidade. A gente até sabe de pessoas de Juazeiro que tem a sua orientação sexual que não pode se assumir e se esconde detrás de uma religião, da igreja. Eu mesmo, quando foi no início da minha descoberta, houve aqueles conflitos e tudo mais, a minha família não aceitava, e eu até procurei a igreja, quis ser padre. Enquanto eu tava nesse momento de ser padre, todo mundo lá em casa me aceitava, no início. Mas depois que viram mesmo a realidade, que não tinha como mudar, não tinha jeito, aí foi confusão, mas com um tempo o pessoal foi se acostumando. Por que é o jeito se acostumar mesmo. (Ativista do Cariri).

Por fim, percebemos que em todas as temáticas tratadas os integrantes do movimento LGBT do sul do Ceará, bem como seus apoiadores e principais parceiros tendem a reproduzir uma perspectiva de identidade fixa, que tem ecos de enquadramento da homossexualidade como espécie, estirpe (termos utilizados por diversos dos sujeitos observados). Desta postura política surgem os porta-vozes teorizados por Bourdieu, ou seja, aqueles que se creditam a narrativa da história do movimento e que constroem este discurso para os integrantes do mesmo.

Pretendemos dar continuidade a esta investigação apontado que tal perspectiva tende a mostrar a adesão unívoca a uma política identitária essencialista e que, a despeito de sua importância, parece cristalizar os discursos que reforçam o lugar de outros sujeitos e práticas na margem, reatualizando lógicas binaristas, tais quais: hetero

x homo; universal x minoria; normal x anormal. Mas este é assunto para um próximo texto.

## 5. Bibliografia:

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8. ed. Lisboa: Difel, 2005.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**. Papyrus: São Paulo, 1997.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

\_\_\_\_\_. Criticamente subversiva. In. JIMÉNEZ, R.; MÉRIDA, M. **Sexualidades transgressoras**: uma antologia de estudos queer. Barcelona: Içaria, 2002.

CHANTER, Tina. Teoria feminista pós-colonialista: o embate retórico entre o “oriente” e o “ocidente”. In \_\_\_\_\_. **Gênero**: conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GIRARDI Jr, Lirácio. **Pierre Bourdieu**: questões de sociologia e comunicação. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2007.

HALL, Stuart . **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Universitária, 2003.

FERREIRA, Daniel Rogers de Souza. **Ousar dizer o nome**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.

SOUSA, Alexandre Nunes de. **Cordel Gay, Mangá Queer? A diversidade sexual e de gênero nas publicações do movimento LGBT do Cariri**. III Seminário Nacional – Gênero e Práticas Culturais: Olhares diversos sobre a diferença. João Pessoa – PB. 26 a 28 de outubro de 2011.

Spivak, Gayatri. Can the subaltern speak? In: Spivak, G. (org) **Toward a history of the vanishing present**. Mass: Harvard University Press, 1999.

TREVISAN, João. **Devassos no Paraíso**: A Homossexualidade no Brasil da Colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.